

**HABEAS CORPUS Nº 548.395 - SP (2019/0355807-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)  
**IMPETRANTE** : LETICIA CAZARI FRANCISCO E OUTRO  
**ADVOGADOS** : LETÍCIA CAZARI FRANCISCO - SP420983  
ANA CAROLINA DE OLIVEIRA CONTE - SP432549  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : MAYCON APARECIDO PEREIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de **habeas corpus**, com pedido liminar, impetrado em favor de MAYCON APARECIDO PEREIRA, apontando como autoridade coatora o d. *"JUIZ RESPONSÁVEL PELA UNIDADE REGIONAL DE DEPARTAMENTO ESTADUAL DE EXECUÇÃO CRIMINAL DEECRIM 5º RAJ - PRESIDENTE PRUDENTE/DEECRIM UR5"*.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de oito anos de reclusão em regime fechado e está em cumprimento de pena.

Daí o presente **mandamus**, no qual o impetrante afirma a existência de constrangimento ilegal consubstanciado na ausência de fundamentação idônea a justificar a decretação da segregação cautelar do paciente.

Requer a revogação da prisão preventiva do paciente.

É o breve relatório.

**Decido.**

De plano se percebe a incompetência desta Corte para o apreço deste **writ**, uma vez que este deveria ter sido impetrado perante a autoridade hierarquicamente superior àquela de onde provém o alegado constrangimento ilegal.

Vale dizer, falece competência ao Superior Tribunal de Justiça, a teor do art. 105, inciso I, c, da Constituição Federal, para julgar **habeas corpus** impetrado diretamente nesta Corte Superior contra ato de Juiz de primeiro grau.

Nesse sentido, a título ilustrativo:

*"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO HABEAS CORPUS. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE ENTORPECENTES. ALEGAÇÕES DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO DE PRISÃO PREVENTIVA E DE EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO. WRIT NÃO CONHECIDO POR INCOMPETÊNCIA DO STJ, COM DETERMINAÇÃO DE REMESSA DOS AUTOS AO TRIBUNAL COMPETENTE. 1. PRETENDIDO EFEITOS INFRINGENTES DOS ACLARATÓRIOS. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. 2. MATÉRIA SUSCITADA SOMENTE NESTA VIA MANDAMENTAL. IMPOSSIBILIDADE, SOB PENA DE INDEVIDA SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. NECESSIDADE DE PRÉVIO EXAME DAS MATÉRIAS NA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. 3. RECURSO IMPROVIDO.*

*[...]*

*2. 'De acordo com a Constituição Federal, não compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar **habeas corpus**, quando o ato contra o qual se insurge a defesa foi praticado por Juiz de primeiro grau' (AgRg no HC nº 268.759/PA, Rel. Ministro CAMPOS MARQUES (Desembargador convocado do TJ/PR), DJe 24.6.13).*

*3. Embargos declaratórios recebidos como agravo regimental, e, nestes termos, não provido" (AgRg no HC 271.471/PR, Quinta Turma, Rel. Min. Moura Ribeiro, DJe de 25/2/2014).*

Diante do exposto, exsurgindo-se a incompetência desta Corte, a teor do disposto no art. 105 da Carta Magna, **indefiro liminarmente o presente writ** (art. 210 do RISTJ).

P. e I.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator